

ESPORTES

POLÍTICA ESPORTIVA Com presidentes do Flamengo, do COB e de Zico na Câmara dos Deputados, entidades protestam contra o impacto do aumento de tributação; líder da Comissão do Esporte, parlamentar Saulo Pedroso (PSD-SP) sustenta a decisão de Lula

Resistência à derrubada do veto

LETÍCIA CORRÊA

Uma tropa de choque aliada do futebol e dos esportes olímpicos entrou em campo no carpete do Plenário 4 da Câmara dos Deputados, ontem, para questionar e debater o impacto da reforma tributária. Para o setor, um veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pode elevar a carga de organizações sem fins lucrativos para cerca de 15,5%, acima do regime das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs). A preocupação é com o efeito colateral no financiamento da formação de atletas e trouxe a Brasília lideranças como o presidente do Flamengo, Luiz Eduardo Baptista, o Bap; o presidente do COB, Marco La Porta, Arthur Antunes Coimbra, o Zico, e badalados medalhistas em Jogos de Verão.

O presidente da Comissão do Esporte, deputado Saulo Pedroso (PSD-SP), que tem liderado o diálogo entre a Casa e o Ministério da Fazenda, posicionou-se pela manutenção do veto presidencial. Após reuniões com o secretário-executivo da Fazenda e representantes da Receita Federal, o parlamentar argumenta que a recente Instrução Normativa nº 2.307/2026 garantiu que as entidades sem fins lucrativos continuem isentas de tributos como IRPJ, CSLL e COFINS. “Minha sugestão é que a gente mantenha o veto, porque ficou muito claro que, com a publicação da instrução normativa e a manutenção do veto, entidade é entidade, os benefícios estão garantidos, as execuções estão garantidas”, disse.

Para Pedroso, a tentativa de equiparar associações a SAFs por meio da derrubada do veto é um erro técnico. “Se derrubar o veto, aí sim nós estamos diante de uma insegurança

Wagner Araújo/COB



O presidete do COB discursa no plenário durante a sessão lotada de ontem na Câmara dos Deputados

jurídica muito grande, porque nós estamos equiparando entidade com SAF, com empresa, no mesmo regime tributário e com personalidades jurídicas distintas, sem lastro de uma emenda constitucional”, argumentou o deputado.

Como solução definitiva, o filiado ao PSD defende a tramitação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que garanta a imunidade tributária ao esporte, de forma análoga ao que ocorre com a educação e a assistência social.

O presidente do Flamengo, Luiz Eduardo Baptista, o Bap, manifestou um “profundo desconforto” com a solução apresentada pelo governo nos “49 minutos do segundo tempo”. Para o dirigente, confiar apenas em uma instrução normativa é um risco que os clubes não podem correr,

dada a fragilidade desse instrumento jurídico.

“Instrução normativa muda a qualquer momento. Na situação que os clubes se encontram, se o clube fosse meu, eu preferiria ir para o pau (Justiça), derrubar o veto, gerar qualquer outro problema e ir adiante [...]. Isso, para mim, é dar um paracetamol para um troço que é muito mais profundo. Vai dar uma aliviada agora, mas pode gerar um problema depois”, contestou Bap, ao comparar a sinalização do governo a uma medida paliativa analgésica.

O presidente do clube carioca também alertou para uma possível reação virulenta do setor caso as promessas de manutenção da isenção não se sustentem, mencionando uma mobilização “contra os inimigos do esporte” no âmbito eleitoral.

esporte brasileiro”, adverte o nadador. Belarmino destaca que o avanço dos últimos anos depende de infraestrutura adequada e que não se pode “andar para trás”. “Já basta de histórias de superação de atleta que conseguiu uma medalha em condições adversas”, desabafou.

Entenda o caso

O conflito surgiu quando a reforma tributária estabeleceu que clubes associativos poderiam enfrentar uma taxa de até 15,5%, enquanto as SAFs pagariam cerca de 6%. Uma emenda aprovada no Congresso tentou igualar essas alíquotas em 4%, mas foi vetada pelo presidente Lula por recomendação da Fazenda, que alegou inconstitucionalidade.

A Receita Federal, contudo, publicou nota reiterando que “o setor continua a fazer jus à isenção” e que não haverá aumento de carga tributária para as associações que cumprirem os requisitos legais.

Para o advogado tributarista Leonardo Roesler, o cenário redefine o equilíbrio do setor e pode forçar uma “corrida por reestruturações”. Segundo ele, a disparidade tributária cria uma pressão direta sobre os orçamentos, fazendo com que o pagamento de tributos passe a competir com investimentos em infraestrutura, categorias de base e folhas de pagamento. Roesler destaca que essa diferença pode induzir clubes a migrarem para o modelo de SAF motivados apenas pela carga tributária, e não por uma estratégia esportiva ou de governança.

“Em termos práticos, trata-se de um contraste entre estratégia de curto prazo, derrubar o veto para neutralizar imediatamente o diferencial, e estratégia de médio prazo,

constitucionalizar a lógica de proteção ao esporte para reduzir risco de novos questionamentos e de novos movimentos pendulares por lei ordinária ou complementar”, explicou.

O advogado tributarista Paolo Stelati critica o que chama de “reforma às pressas”, focada em majorar a arrecadação. Para ele, o ambiente atual é de profunda insegurança jurídica, exemplificado pelas rápidas mudanças nas instruções normativas da Receita Federal. Stelati classifica como “demagogia” a nota oficial da Receita que afirma não haver aumento de impostos para associações, explicando que o órgão se refere apenas aos tributos sobre a renda, enquanto o real impacto negativo virá dos novos tributos sobre o consumo (CBS e IBS).

“A insegurança tributária atual é tamanha que a Instrução Normativa RFB nº 2.305, de 31 de dezembro de 2025, já foi alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.307, de 20 de fevereiro de 2026. O que se percebe é uma reforma às pressas e descentralizada, no intuito de majorar a arrecadação em todos os setores da economia, não escapando o futebol”, ele argumenta.

Ambos concordam que o veto sinaliza um caminho quase obrigatório de migração para o modelo empresarial. Enquanto Roesler aponta para o risco de aumento da litigiosidade e disputas interpretativas sobre enquadramentos fiscais, Stelati reforça que a manutenção dessa assimetria deixa os dirigentes em uma posição delicada, tendo que escolher entre uma carga elevada ou um modelo de SAF que ainda carece de estabilidade jurídica em longo prazo.

* Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

MARATONA BRASÍLIA

20
26

4 DIAS DE COMPETIÇÃO

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

INSCREVA-SE JÁ!

brasilcorrida.com.br

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

Apoio:

Apoio Gráfico: